



Rua Tiradentes, 250, Centro, Campina Grande/PB. E-mail: stcadvocacia@hotmail.com
Tel: (83) 98824-0152 / (83) 99325-6299 / (83) 99635-6298 / 3077-6310

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,**

ROBERTO GOMES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG sob nº.: 2.560.981 e CPF sob nº.:012.922.924-12, residente e domiciliado a Rua Mailton Serafim, 124, Santa Rosa, Campina Grande/PB, por seu advogado, infra firmado, com procuração em anexos e endereço profissional situado na Rua Tiradentes, 250, Centro, Campina Grande/PB, onde doravante recebe as notificações e intimações do feito, vem perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT,

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 09.248.608/0001-04, com sede no Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DA JUSTIÇA GRAUITA

Inicialmente, diante das condições financeiras em que se encontra a promovente, necessita este da **Justiça Gratuita** para que possa ter acesso a Justiça e gozar do direito isonômico.

Nobre julgador, conforme art. 4º *caput* da Lei 1.060/50, a parte terá direito aos benefícios da assistência judiciária gratuita mediante simples afirmação de não poder arcar com as despesas provenientes do processo além dos honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.



Diante disso, procura-se poupar que alguém sinta-se embaraçado na busca e defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios financeiros. Não obstante, a prestação de assistência judiciária visa assegurar as garantias fundamentais preservando a igualdade e o acesso a Justiça.

BREVE RELATO DOS FATOS

O acidente de trânsito em que o autor foi vítima ocorreu no dia 08 de novembro de 2015 conduzia a motocicleta Honda CG TITAN 150 FAN ESDI Placa NQI 5946 Licenciada em nome de Aline Lima Barros. Conforme Boletim de Ocorrência em anexos.

O acidente ocorreu quando o autor se dirigia a sua residência, momento em que, em razão da velocidade ao passar em quebra-molas. Perdeu o controle da motocicleta, vinco a cair ao sol.

Logo após fora encaminhado por uma unidade móvel do SAMU para o Hospital de Emergência e Trauma desta cidade.

Conforme Prontuário Médico Hospitalar em anexos, o autor fora vítima de POLITRAUMA

Diante do fato do sinistro em tela ser decorrente de acidente de trânsito, o **autor na posse dos documentos necessários, requereu administrativamente** o Seguro Obrigatório DPVAT, gerando o número de sinistro 3160413182, **porém, a seguradora, negou o benefício.** Negativa em anexos.

Responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), que reduz o valor a ser pago afirmando que cada órgão tem um percentual o que discordam com art. 3º e 5º ambos da Lei nº 6.194/74.

A posição da Demandada se confronta com as Leis nº 6.194/74 e 8.441/92, que delibera sobre o pagamento do DPVAT, afirmando que o seguro obrigatório, poderá ainda ser requerido a qualquer uma das Seguradoras que façam parte do convênio.

DA APROPRIAÇÃO DE VALORES INDEVIDOS

Com a alteração da Lei nº Lei nº 11.945/2009 o art. 3º da Lei 6.194/74 passou a prevê o seguinte:



Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Essas modificações, que foram introduzidas na Lei 6.194/74 de que trata do seguro obrigatório de veículos automotores, denominado Seguro DPVAT, veio com o fito de reduzir apenas os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.

A Medida Provisória nº 340/2006 alterou a Lei 11.482-07, colocou os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

Ora, douto julgador, não foi pago nenhum valor ao autor. Como o valor estipulado pela norma legal e pela tabela nos casos de **DEBILIDADE DE MEMBRO SENTIDO OU FUNÇÃO**, corresponde a **70% (setenta por cento) valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, logo, se conclui que a demandada, deve indenizar o promovente no valor de R\$ 9.450,00 (Nove Mil, Novecentos e Cinquenta Reais), valores estes que devem incidir juros de 1%, retroativos a data do sinistro, por tratar-se de crime de apropriação, aplicando-se a Súmula 54 do STJ: “os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.”

DO VALOR DEVIDO CONFORME LEI 11.482/2007

A Lei n. 11.482/2007 só fez referência à ocorrência do dano e não da tabela que fixa valores.

Desta forma, o dano já está provado, posto que não houve pagamento, o autor tem direito a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) que corresponde a 70% do valor previsto no art. 3º II da Lei nº 6.194/74, **pois, a lesão foi permanente e incurável, deixando-o debilitado. Porém, nada foi pago.**

Vale dizer que a Lei n. 6.194/74, determina que, haverá pagamento de indenização mediante a simples ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, porém, as seguradoras, dentre as quais figura a recorrente, procuram se esquivar do DPVAT, com fundamento em resoluções e circulares que não estão de acordo com o dispositivo legal.



As provas colecionadas pelo requerente apontam a debilidade que ficou restrita ao autor. Além disso, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a simples ocorrência do acidente e da extensão do DANO por ele provocado.

ILEGALIDADE DE O CNSP EM DEFINIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO

Advoga a ré, que CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), tem competência para disciplinar as normas relativas ao DPVAT, podendo inclusive editar uma Tabela própria para ser utilizada em casos referentes ao Seguro Obrigatório.

Vislumbra-se que a única competência para fixar o valor da indenização é prevista pelo Art. 3º, da Lei n. 6.194/74. Quaisquer outros comentários a cerca do tema, tornam-se desnecessários, visto a imposição legal citada, onde determina o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e repele outro quantificador como parâmetro para indenização.

Infere-se ainda que, a Circular n. 056/2001, expedida pelo CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), que estipulou uma tabela própria, a qual encontra em rota de colisão com o disposto no art. 3º da Lei n.6.194-74.

O ponto controverso ainda é que a Circular n. 035/2000, que baixou o valor do teto da indenização fixando o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que se trata de debilidade permanente.

O preclaro juiz de Direito dotado na 2º Turma Recursal Mista de Campina Grande/PB, em processo similar onde funcionou como relator, proferiu o seguinte voto no Recurso Inominado n. 162/2005:

“... Não pode um ato normativo se sobrepor à lei, sob pena de ferir o princípio da hierarquia das normas. Por essa razão, a Tabela DPVAT, editada pelo CNSP, não pode usar como limite máximo um valor aquém do legalmente estabelecido...”

Ainda em seu voto:

“... Veja-se ainda, que não pode prosperar o velho argumento de que a cobertura do seguro obrigatório DPVAT não pode ser fixado em salários mínimos, em face da vedação do art. 7º da constituição federal e da Lei n. 6.205-75, como já vem afastando reiteradamente nossos pretórios.

Como se observa, a Lei não pode se curvar aos interesses macro ambiciosos das seguradoras, que militam no ramo de seguro deste País, sendo que, na verdade o veredicto, caracterizaria num pressuposto perigoso para o cidadão comum.



DO DIREITO

A norma legal que rege a disciplina do DPVAR, não faz qualquer ressalva quanto a o pagamento de indenização, afirmando apenas que basta SIMPLES, ocorrência do acidente e do DANO, decorrente do acidente para que o beneficiário possa fazer jus à indenização.

A Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º, não deixa margem para dúvidas quanto à percepção do DPVAT, afirmando que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A norma determina apenas a ocorrência do acidente e da extensão do dano, em momento algum, fala da exclusividade do IML, para atestar a debilidade, afirmando apenas que o instituto Médico Legal, também quantificará a lesão.

No mesmo sentido o art. 7º da Lei 8.441/92, determina:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Diante disso, os valores serão pagos independentemente do veículo ter sido identificado ou mesmo a seguradora.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a vossa excelência, com fundamento no art. 186 do CC e art. 3º, II e art. 6º ambos da Lei nº 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, referente à complementação do seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, adquirida através de sinistro de trânsito, requerendo ainda o seguinte:



1. Seja citada a promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil Pátrio;
2. A parte demandante **desde já prescinde da audiência de conciliação**, haja vista, que na presente demanda é necessário a realização de PERICIA MEDICA NO (A) AUTOR (A). Assim, a realização da mesma se torna onerosa e sem êxito, tanto para as partes quanto para o Poder Judiciário, tudo conforme preceitua o artigo 319, VII, do NCPC;
3. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documental, pericial, testemunhal que serão apresentadas independentemente de intimação, se assim for o entendimento do douto juiz;
4. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
5. Requer ainda que caso a parte demandada não pague o valor da condenação no prazo (art. 475-J do CPC) de 15 (quinze) dias, passe a incidir sobre o montante, multa de 10% (dez por cento);
6. Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei, bem como, com arrimo no artigo 98 e SS do Novo Código de Processo Civil;

Dá-se a causa o R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera deferimento.

Campina Grande, 30 de Maio de 2017.

Wagner Luiz Ribeiro Sales

José Leandro Oliveira Torres



OAB/PB 18.251

OAB/PB 18.368

Kaio Danilo Costa Gomes da Silva
OAB/PB 20.250





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO
RUA RAIMUNDO NONATO, S/N - CATOLÉ - Campina Grande - 58100-000 -

OCORRÊNCIA Nº 005169/16

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 005169/16 registrada em 05/04/2016, que passo a transcrever na íntegra: Aos cinco dias do mês de abril do ano de 2016, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 11:59 horas, compareceu o Sr. ROBERTO GOMES DOS SANTOS, com 36 anos de idade, filho de SEVERINO GOMES DO SANTOS e JOSEFA DOS SANTOS, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Incompleta, profissão PEDREIRO, portador da Cédula de Identidade Nº 9812560, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 01282292412, residindo à rua SERAFIM, 124, bairro SANTA ROSA, na cidade de Campina Grande - PB.

Declarou que:

Que no dia, 08 de Novembro de 2015 o declarante conduzia a motocicleta HONDA CG TITAN 150 FAN ESDI, PLACA NQI 5946, ANO 2010/2011, COR PRATA LICENCIADA EM NOME DE ALINE LIMA ALVE que ia em direção a sua residência rua Serafim, 124 no bairro de Santa Rosa Campina Grande, PB quando ao passar em um quebra mola em alta velocidade perde o controle da moto e cai ao solo; logo após se encaminhando para o hospital de Trauma desta Cidade Campina Grande-PB Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Quinta-feira, 14 de Abril de 2016

x *Roberto Gomes dos Santos*
ROBERTO GOMES DOS SANTOS
Declarante

Carlos Eduardo de Miranda
CARLOS EDUARDO DE MIRANDA
Escrivão



MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 012029200834

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 COD. RENAVAM: 0027432972-7 EXERCÍCIO: 2015

NOME: ALINE LIMA ALVES DA SILVA

CPF / CNPJ: 04597832467 PLACA: NO15946/PB

PLACA ANT. / UP: NOVO CHASSI: 9C2KC1680BR318926

ESPÉCIE/TIPO: PAS/MOTOCICLE/NAO APPLIC COMBUSTÍVEL: ALCO/GASOL

MARCA/MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI ANO FAB.: 2010 ANO MOD.: 2011

CAP/POT/CIL: 2 P/149 /CI CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRATA

COTA ÚNICA: IPVA PAGO EM 15/06/2015 VENC. COTA ÚNICA: 15/06/2015

FAIXA I.P.V.A.: 0 PARCELAMENTO / COTAS: 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): 0 IOF (R\$): 0 PRÊMIO TOTAL (R\$): 0 DATA DE PAGAMENTO: 15/06/2015

OBSERVAÇÕES: A.F BCO PANAMERICANO SA

CAMPINA GRANDE-PB 19/06/2015

35351 90465

AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012029200834 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2015 DATA EMISSÃO: 19/06/2015

VIA: 1 CPF / CNPJ: 04597832467 PLACA: NO15946/PB

RENAVAM: 00274329727 MARCA / MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI

ANO FAB.: 2010 CAT. TARIF.: 9 Nº CHASSI: 9C2KC1680BR318926

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): 0 DENATRAV (R\$): 0 CUSTO DO SEGURO (R\$): 0

CUSTO DO BILHETE (R\$): 0 IOF (R\$): 0 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$): 0

PAGAMENTO: 15/06/2015

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

90465-1614530-20150619



Assinado eletronicamente por: WAGNER LUIZ RIBEIRO SALES - 24/07/2019 15:11:37

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072415113435300000022269870

Número do documento: 19072415113435300000022269870

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, ALINE LIMA ALVES DA SILVA
RG n° _____, data de expedição ____/____/____,
Órgão _____, portador do CPF n° 04597832967, com
domicílio na cidade de CAMPINA GRANDE, no Estado de
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
RUA PROFESSOR SERAFIM, 124 STA ROSA, n° _____,
complemento CASA, declaro sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima ROBERTO GOMES DOS SANTOS, cujo o condutor era
ROBERTO GOMES DOS SANTOS.

Veículo: MOTO OI CLETA
Modelo: HONDA/CB 150 FAN ESPF
Ano: (2010/2011)
Placa: MOI 5946/PB
Chassi: 9C2KC1680BR378926
Data do Acidente: 08/11/2015
Local e Data: CAMPINA GRANDE/PB

CARTÓRIO

Aline Lima Alves da Silva
Assinatura do Declarante

Roberto Gomes dos Santos
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB
Tabelião: Maria de Fátima Leitão Cavalcanti
Praça da Bandeira, 146, Centro - C. Grande - PB
(83) 3321-8899 - 3066-8899

Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
ALINE LIMA ALVES DA SILVA
Dou fé. Campina Grande/PB - 01/04/2016
Escrevente: LUCIANA CAROLINO DOS SANTOS
Selo Digital: ADC57691-08VC
Acesse o site <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Luciana Carolino dos Santos
Escrevente Autorizada

2cartorionotas@gmail.com

Tabelionato de Notas

CARTÓRIO DE NOTAS
CAMPINA GRANDE - PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA RAIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

DI. P. 011

ROBERTO GOMES DOS SANTOS

Severino Gomes dos Santos
Josefa dos Santos

Campina Grande - PB -- 12.10.1979

Cert. Cas. 31.235. Fls. 226v. Liv. B/54.

AG 493-6

90.553-4

LE Nº 116 DE 26/08/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ROBERTO GOMES DOS SANTOS

Nº de inscrição
912922924-12

Data do Nascimento
12/10/79

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
ROBERTO GOMES DOS SANTOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Emitido em: 10/06/00



MARIATH SOCORRO HERMINIO DE LIMA
 NÚMERO DE CONTADOR: 1244
 ENDEREÇO: RUA PIAUI, 1244 - JARDIM
 CAMPELO, GRANDE PRAÇA, 55416-555 (PR) 401

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 BR 250, KM 163 - Pólo Industrial - Três Amigos - Campina Grande - PB 57054-110
 CNPJ 08.038.090/0001-80 - INSC. EST. 55.500.000

Atividade: RESIDENCIAL / BAIXA RENDIMENTO FISCAL
 Referência: Outubro 2015
 Energia: 10000004950
 Referência: Outubro 2015
 Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: 10000004950
 Código para Débito Automático: 00000479001

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

R01 Bateria: 2020-11-07 13:43:30 e0br

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 4/67900-1**

Out/2015

Canal de contato

Apresentação

Tarifa Situação Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002 - Redução do valor das tarifas a serem pagas em 19% de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.945/2015 vigente a partir de 01/09/2015.

28/10/2015

Data prevista da próxima leitura

26-11/2015

CNPJ/ RANI
 07715490

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Consumo	Dias
Data: 28/08/15 Leitura: 9955	Data: 26/10/15 Leitura: 9950	5	30

Faturas em atraso

Out/15: R\$ 10,82
 Nov/15: R\$ 8,95

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo de Energia Elétrica	5	2,14057	10,70
Consumo de Energia Elétrica	5	2,24098	11,20
Consumo de Energia Elétrica			1,41

Imposto de Renda			0,13
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01
Imposto de Renda			0,01

Histórico de Consumo (kWh)

Out/15	10,82
Nov/15	8,95
Dez/15	10,82
Jan/16	10,82
Fev/16	10,82
Mar/16	10,82
Abr/16	10,82
Mai/16	10,82
Jun/16	10,82
Jul/16	10,82
Ago/16	10,82
Sep/16	10,82
Out/16	10,82

VENCIMENTO
 05/11/2015

TOTAL A PAGAR
 R\$ 27,85

Indicadores de Qualidade 2015 - Coletores

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%
100% (100%)	100%	100%

Discriminação	Valor (R\$)	%
Setor de Distribuição de Energia	4,32	15,51
Setor de Transmissão	7,62	27,36
Setor de Geração	0,32	1,15
Setor de Distribuição de Energia	1,80	6,47
Setor de Transmissão	13,80	49,51
Setor de Geração	0,00	0,00
Total	27,86	100,00

Valor do encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 8/2015) R\$ 0,00

ATENÇÃO

AVISO: O consumidor em atraso nos DEBITOS ANTERIORES, já encaminhou a suspensão do fornecimento de energia elétrica, podendo ser retomado até o decurso do prazo de 10 (dez) dias, contado da data do vencimento da fatura, sem ônus e não paga. O valor devido será acrescido de multa e juros, tendo um desconto de R\$ 15,00.





https://mail.google.com/mail/static/jsk=gm:mail:main:pt_BR:IML_TF:JG:OW:O:m=m_i:it:it:m=PIP-SMA8GicHcZ0hQVLvOEQp77z8_uq[xs4cHSDMAJF1AB_s_8H8H_w3:SF:Ag/rt=Hd=1/l=zcm:s/s=AHGWqpcD7_2J0DIL...

MARIA DO SOCORRO HERMINIO DE LIMA RUA PR(F SERAFIM, 124 / - STAROSA CAMPINA GRANDE / PB CEP: 68416-668 (AG. 401)		ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A Três Irmãos - Campina Grande / PB - CEP 58423-700 CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc Est. 16.003.859-1	
BR 230 - KM 168 - Alga Sudoeste		Nada Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.173.608	
Classe/Endereço: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO		Código para Débito Automático: 00000679001	
Referência: Out / 2015			
Emissão: 28/10/2015			
Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br			
RESERVADO AO FISCO			
f8018a4be0e4232c1107c1df4a7de0be			
Conta referente a		CDC (Código do Consumidor): 4/67900-1	
Out / 2015		Canal de contato	
Apresentação		Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002	
28/10/2015		- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.945/2015, vigente a partir de 01/09/2015	

20151127_165835.jpg

27/11/2015

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ROBERTO GOMES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG sob nº.: 2.560.981 e CPF sob nº.: 012922924-12, residente e domiciliado na Rua Mailton Serafim, 124, Santa Rosa, Campina Grande/PB, CEP: 58.146-589;

OUTORGADOS: WAGNER LUIZ RIBEIRO SALES, OAB/PB nº 18.251, JOSÉ LEANDRO OLIVEIRA TORRES, OAB/PB nº 18.368 e KAIO DANILO COSTA GOMES DA SILVA, OAB/PB 20.250, com escritório profissional na Rua Tiradentes, 250 Centro, Campina Grande/PB;

PODERES: Atraves do presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTES nomeia e constitui como seus procuradores os OUTORGADOS, concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedencia do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais e órgãos da administração publica direta e indireta, praticar quaisquer instancias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: NESTE INSTRUMENTO, LIDO E FIRMADO ENTRE AS PARTES, O OUTORGANTE COMPROMETE-SE A PAGAR AOS OUTORGADOS O PERCENTUAL DE 30% A TITULO DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS CALCULADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO (APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA) OU SOBRE O ACORDO FIRMADO ENTRE OS LITIGANTES, HAVENDO RECURSO O OUTORGANTE COMPROMETE-SE A PAGAR 30% A TITULO DE HONORÁRIOS, INDEPENDENTE DE SUCUMBENCIA, PODENDO O JUIZ RETER OS HONORÁRIOS PARA CUMPRIMENTO DESTES INSTRUMENTO.

Campina Grande/PB, 24 de maio de 2016.


OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu, **ROBERTO GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG sob nº.: 2.560.981 e CPF sob nº.: 012922924-12, residente e domiciliado na Rua Mailton Serafim, 124, Santa Rosa, Campina Grande/PB, CEP: 58.146-589; **DECLARO**, nos termos da Lei nº. 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

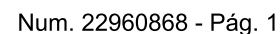
Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Campina Grande/PB, 29 de maio de 2017.

x 

ROBERTO GOMES DOS SANTOS



ACD 010

#urgênciageral 20:50
Em campo, paciente consciente,
orientado, sem cefaleia,
eupnóico. A/médica-
mente estável, ECG: IS,
pupílos isocóricas e fotore-
agentes.

Paciente já teve odo do
de tórax.

CO: Acta Respiratõe.

Dr. Wagner Ribeiro Sales
CRM 15.123.456

+ Dr. Luis Gustavo





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: ROBERTO GOMES DOS SANTOS
DATA DO EXAME: 08.11.2015
RADIOGRAFIA DE JOELHO

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Relações articulares conservadas.
- Focos de calcificação amorfos projetados nas partes moles anteriormente à patela.

66

Dra. Catarina Aguiar
CRM/PB 6278

Dra. Milena Veiga
CRM/PB 9117

Dra. Marcella Farias
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda
CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Mnia
CRM/PB: 610



GOVERNO
DA PARAIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

SAMU

Ficha de Acolhimento

Nome: Roberto Gomes dos Santos
End: R. Paul Seneffim, 124
Data de Nascimento: 12/10/79
Documento de Identificação: 8137-6924
Queixa: Ac de joelho
Data do Atend.:
Hora:
Documento: 3X

Classificação de Risco

Nível de consciência: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Baixo
Frequência respiratória:
Pressão arterial: 120 x 80
Dosagem de HGT:
Deambulação: ☐ Livre ☐ Cadeira de rodas ☒ Muleta
Aspecto: ☒ Calmo ☐ Fácil de dor ☐ Gemente
Frequência cardíaca:
Temperatura axilar:
Mucosas: ☒ Normocrada ☐ Pálida

Estratificação

MOD 110

- ☐ Vermelho - atendimento imediato
☐ Verde - atendimento até 4 horas

- ☒ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Dr. Poliana Siqueira A. Dsilva
Enfermeira - COREN 12980

Assinatura e carimbo do profissional

OBS: Falso 2º sup. de Opióides EV.



Seguradora Líder-DPVA

Seguro | <https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

Apps | Cálculo revisional grá

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documento Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados
Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160413182 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROBERTO GOMES DOS SANTOS
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Golden Protection (LIDER) Corretora de Seguros Ltda-Nobre
BENEFICIÁRIO ROBERTO GOMES DOS SANTOS
CPF/CNPJ: 01282292412

Posição em 29-05-2017 19:26:19
Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

Aguardando www.seguradoralider.com.br

PT 19:26 29/05/2017





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0817666-23.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUS, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar o grau da invalidez do autor.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora apenas para ciência do conteúdo deste despacho.

Cite-se o a promovida para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Campina Grande (PB), 24 de julho de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0817666-23.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUS, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar o grau da invalidez do autor.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora apenas para ciência do conteúdo deste despacho.

Cite-se o a promovida para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Campina Grande (PB), 24 de julho de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito

